

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS III - BACABAL
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS /SOCIOLOGIA

LEONARDO ALVES DE MENESES

**A IMPLANTAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO NO BAIRRO
NOVO BACABAL: UM CASO DE INJUSTIÇA AMBIENTAL**

BACABAL - MA

2018

LEONARDO ALVES DE MENESES

**A IMPLANTAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO NO BAIRRO
NOVO BACABAL: UM CASO DE INJUSTIÇA AMBIENTAL**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Humanas, da Universidade Federal do Maranhão, campus III, como requisito para obtenção do grau de licenciado em Ciências Humanas com Habilitação em Sociologia.

Orientador: Prof. Me. Jadeylson Ferreira Moreira

BACABAL – MA

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Meneses, Leonardo Alves de.

A implantação da estação de tratamento de esgoto no bairro Novo Bacabal: um caso de injustiça ambiental /

Leonardo Alves de Meneses. - 2018.

55 f.

Orientador(a): Jadeylson Ferreira Moreira.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Bacabal,

2018.

1. Estação de Tratamento. 2. Novo Bacabal. 3. Saneamento Básico. 4. Territorialidade. I. Moreira,

Jadeylson Ferreira. II. Título.

LEONARDO ALVES DE MENESES

**A IMPLANTAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO NO BAIRRO
NOVO BACABAL: UM CASO DE INJUSTIÇA AMBIENTAL**

Aprovado em: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Jadeylson Ferreira Moreira
(Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Ms. Grace Kelly Silva Sobral Souza
(1^a Examinador)
Universidade Federal do Maranhão - campus III, Bacabal

Prof. Ms. Rafael Henrique Silva Barros
(2^a Examinador)
Universidade Federal do Maranhão - campus III, Bacabal

DEDICATÓRIA

Dedico essa conquista ao nosso Deus, a minha mãe Maria Alves de Meneses, a minha esposa Josivânia Negreiros de Meneses e aos meus filhos Larissa Maria Negreiros de Meneses e Rafael Nicolas Negreiros de Meneses.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao nosso senhor Jesus que me proporcionou saúde, coragem e sabedoria para concluir esse trabalho.

Agradeço a minha mãe por todo incentivo que recebi durante minha trajetória na universidade. A minha esposa e aos meus dois filhos que me deram bastante apoio nesta caminhada.

Aos companheiros de turma que contribuíram significativamente com a minha pesquisa, aos meus professores da universidade pela dedicação e incentivo e em especial ao meu orientador Prof. Jadeylson Ferreira Moreira que não mediu esforços em me orientar na preparação do presente trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo avaliar os impactos socioambientais causados pela implantação da Estação de Tratamento De Esgoto (ETE) localizada no bairro Novo Bacabal, pertencente ao município de Bacabal – MA. Assim como também analisar a questão da territorialidade. Metodologicamente a pesquisa foi baseada em pesquisa de campo, bibliográfica e em entrevistas com moradores que relataram a inoperância e os males causados pela estação. Considera ainda a análise dos casos de injustiça ambiental constatados durante os meses de pesquisa de campo e como isso tem afetado a vida dos moradores do entorno do empreendimento.

Palavras chave: Novo Bacabal. Territorialidade. Saneamento Básico. Estação de Tratamento.

ABSTRACT

Concern about the environment has been the subject of worldwide discussion. In this sense, the present study aims to evaluate the social and environmental impacts caused by the implementation of the Sewage Treatment Station (ETE) located in the Novo Bacabal neighborhood, belonging to the municipality of Bacabal - Ma. construction of the ETE, since sewage treatment is considered a form of basic sanitation and its main function is to accelerate the water purification process before being returned to the environment or reused. Methodologically the research was based on interviews with residents of the neighborhood Novo Bacabal, who reported the inoperative and the evils caused by the Station. As a result we observe a huge disregard for the human being by the public power regarding public health as well as the environment.

Keywords: New Bacabal. Territoriality. Basic Sanitation. Treatment Station.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Estação de Tratamento de Esgoto no Bairro Novo Bacabal	35
Figura 2 Tanque Com Dejetos na Estação de Tratamento no Novo Bacabal	38
Figura 3 Lançamento de Dejetos em Corpo Hídrico	41

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco internacional de desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CONSIDER - Conselho de Não Ferrosos e de Siderurgia

ELETRÓBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A

PLANASA - Plano Nacional de Saneamento

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente

TELEBRÁS - Telecomunicações Brasileiras S.A

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1. CONCEPÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS NEOLIBERAIS	14
1.1 Do Liberalismo ao Neoliberalismo: O Liberalismo Clássico	14
1.2. O neoliberalismo contemporâneo	15
1.3. O neoliberalismo para a América Latina	16
1.4. O neoliberalismo brasileiro	18
1.5. A segunda geração das políticas neoliberais.....	20
2. ESCOPO TEÓRICO	23
2.1. Emergência da Noção de Território	23
2.2 . Território e poder: a morfologia das relações assimétricas de poder.....	27
3. BACABAL: BREVE HISTÓRICO	29
4. SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL	31
4.1. Estação de tratamento de esgoto do bairro Novo Bacabal.....	34
4.1.1. Reconhecendo a existência do conflito	36
4.1.2. A visão dos moradores ao redor da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto).....	39
5. MEIO AMBIENTE E JUSTIÇA - ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS.....	44
5.1. A evidenciação de uma agenda submersa – o conceito de injustiça ambiental	44
5.1.2. Momentos subjetivistas e objetivista	45
5.2 Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro.....	47
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

INTRODUÇÃO

O processo de implantação do saneamento básico no Brasil se deu com a chegada da Família Real. Com a vinda da mesma, o Brasil foi um dos pioneiros a realizar obras voltadas para coleta e escoamento de água proveniente da chuva. Inicialmente, as obras de saneamento somente foram realizadas no Rio de Janeiro, cabe ressaltar que isso se deu pelo fato de ser o lugar escolhido para estada da Família Real na época. A priori, o objetivo principal do sistema de saneamento era contribuir com o controle e a erradicação de algumas doenças como a febre tifoide e a cólera. Na época as referidas doenças estavam causando centenas de mortes. Em 1888 com o fim da escravidão e conseqüentemente com a falta de pessoas para transportar os dejetos ou mesmo levar água, foi necessária uma implantação mais eficiente para o saneamento básico. (LINS, 2010). Nesse sentido, atualmente, o saneamento básico é um grande processo que tem como meta minimizar e até mesmo sanar os problemas relacionados com o uso da água e dos dejetos oriundos das grandes indústrias e residências do nosso país.

O meio ambiente é grupo de elementos físicos, químicos, biológicos e sociais que de certa forma por meio de seus efeitos podem causar inúmeros problemas aos seres vivos e sobretudo as atividades humanas. Nesse sentido, vale salientar que o meio ambiente envolve tanto os elementos com vida como os sem vida que existem no planeta. O mesmo tem em sua composição a vegetação, animais, micro-organismos, solo, rochas, atmosfera e os recursos naturais, como a água e o ar e os fenômenos físicos do clima. Dessa forma, o meio ambiente produz necessariamente condições para o crescimento e desenvolvimento de todos os seres vivos.

Sendo assim o objetivo da pesquisa é avaliar os impactos socioambientais causados pela implantação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) localizada no bairro Novo Bacabal, pertencente ao município de Bacabal – MA. Assim como também analisar a qualidade de vida no local após a construção da ETE.

Metodologicamente a pesquisa foi baseada em entrevistas com moradores do bairro Novo Bacabal que residem próximo à estação de tratamento de esgoto. Inicialmente realizamos levantamento bibliográfico sobre o liberalismo e neoliberalismo vindo do geral para o particular.

Nossa justificativa baseia-se na colaboração do entendimento sobre as problemáticas socioambientais que passam o meio no qual vivemos.

O interesse em estudar essa temática se deu pelo fato do curso ser voltado para as relações entre o ser humano e o meio onde o mesmo está inserido, decidi pesquisar algo referente a isso dentro do contexto no qual faço parte. Por vezes nos prendemos muito por questões distantes de nós e em razão disso perdemos a oportunidade de tentar contribuir de alguma forma com o desenvolvimento do espaço em que compartilhamos com familiares e amigos. Nesse sentido, abordar academicamente a problemática da implantação da ETE do Novo Bacabal, foi bastante proveitoso, uma vez que por meio dos contatos com os moradores que residem próximo da aérea pesquisada, descobri que pessoas vieram a falecer por conta do descaso público, pessoas essas que estão à margem da sociedade e caso como estes não são conhecidos pela população. Na nossa atual constituição, mais precisamente no caput do art. 5º diz que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. No entanto, com tantas atrocidades que nos deparamos no dia a dia principalmente quando se trata de questões socioambientais, chegamos à conclusão que muitas das nossas leis só têm eficácia no papel, por que na prática não passa de uma mera ilusão.

1. CONCEPÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS NEOLIBERAIS

No final do século XX, a humanidade conheceu a política econômica capitalista em sua fase “neoliberal”, que se estendeu do nível internacional para o nacional, do regional para o local. A essa conexão, mundialmente estabelecida, resolveu-se denominar “globalização”. Tais políticas, voltadas à liberação dos mercados mundiais, esgotaram-se em diferentes momentos e lugares, atualmente ameaçando a hegemonia econômica e política dos próprios “países centrais” - que as idealizaram, financiaram e implantaram, com a participação decisiva das políticas dos Estados Nacionais.

Atualmente, a antiga necessidade capitalista de abertura de novos ou velhos mercados, centralizados pelos monopólios mundiais (empresas e organismos transnacionais), cumpre mais uma fase de realização do capital: o lucro extremo e a miséria “globalizada”.

Apresentado como “inovador e progressista”, o ideário neoliberal preservou os princípios do liberalismo clássico: liberdade de mercado como sinônimo de liberdade individual. Portanto, para se entender a origem das ideias neoliberais, é necessário considerar (ainda que brevemente) a trajetória do Liberalismo Clássico ao Neoliberalismo contemporâneo.

1.1 Do Liberalismo ao Neoliberalismo: O Liberalismo Clássico

Um dos primeiros teóricos do liberalismo, no século XVII, John Locke apregoou o individualismo liberal, falou em nome da liberdade e discursou em defesa da propriedade privada, no seio da corrente jusnaturalista¹. Para Locke, a propriedade já era existente, no estado de natureza, constituindo um direito natural do indivíduo que não pode ser violado pelo Estado. No século seguinte, o escocês Adam Smith desenvolveu a famosa ideia da “mão invisível” do mercado, em sua Teoria Econômica. A promoção do crescimento econômico dependeria das iniciativas privadas, uma vez que o progresso econômico deriva da dinâmica do mercado, promotora das possibilidades de geração do lucro máximo.

Historicamente, a concorrência promotora da “dinâmica do mercado” atingiu seu auge e se materializou nas duas grandes guerras, motivada principalmente pela disputa dos mercados

¹ Também chamada de Teoria dos Direitos Naturais. Assim como Hobbes e Rousseau, Locke utiliza desse modelo para fundamentar a sua ideia de liberdade - e acrescenta que a vida, a propriedade e a liberdade constituem o cerne do Estado civil.

mundiais, pelos países industrializados. O processo de acumulação capitalista sucumbiu com a Crise de 1929, a quebra da Bolsa de Nova York (MOTTA, 2006, p. 13). Com o esgotamento do modelo de “livre-concorrência” do Liberalismo Clássico, a retomada do processo de acumulação capitalista dependeu de uma decisiva ação intervencionista e protecionista estatal, nos moldes da política de Estado Keynesiano. Para seu idealizador, John Maynard Keynes:

O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão de consumir (...) uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir os ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitiam o Estado a cooperar com a iniciativa privada (...) não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinado a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete (KEYNES apud MOTTA, 2006, p. 14).

A retomada do desenvolvimento econômico capitalista, pelo Estado de “bem-estar social”, previa uma nova rodada de cooperação entre o Estado e a iniciativa privada. Contudo, essa fase esgotou-se na década de 1970, a exaustão das finanças públicas e a diminuição da produtividade que, para o economista Milton Friedman eram efeito das restrições impostas pelo Estado à livre concorrência. Ainda que o intervencionismo do Estado tenha resgatado as taxas de acumulação (e justamente por isso), reaperceberam-se os princípios liberais clássicos do livre mercado e da livre concorrência.

A reapresentação das ideias liberais clássicas como “neoliberais”, e sua implementação pelos países centrais do capitalismo, intensificou-se a partir da década de 1980, principalmente com a formulação da política econômica de abertura dos mercados mundiais pelo chamado Consenso de Washington (1989), para a América Latina.

1.2. O neoliberalismo contemporâneo²

Na esteira dessas ideias, um dos representantes da corrente neoliberal, Friedrich August Von Hayek, escreveu em 1944 *O Caminho da Servidão*. Para Hayek (1990), as fraquezas reveladas no modelo keynesiano estavam enraizadas nos excessos de democracia. Seria

² As informações históricas apresentadas neste capítulo estão disponíveis de forma mais completa em Motta (2006), cuja tese de doutorado (*O modelo neoliberal brasileiro e o setor elétrico: reestruturações e crises -1995-2005*) fundamenta teoricamente esta pesquisa.

necessário combater o assistencialismo capitaneado pelo Estado, já que a história havia “demonstrado” que a intervenção estatal é prejudicial aos mecanismos de concorrência.

Ideólogo do neoliberalismo, Milton Friedman (1962) também encontrou as causas da crise econômica, nas regulações impostas pelo monopólio estatal. Defendeu que, dentre os papéis básicos do Estado, não deveria estar a garantia do bem-estar social dos indivíduos, mas a tarefa de “prover os meios para modificar as regras, regular as diferenças sobre seu significado e garantir o cumprimento das regras por aqueles que, de outra forma, se não se submeteriam a elas”.

Observa-se que, ao considerar a necessidade da ação do Estado quando a livre concorrência não consegue promover o “livre cumprimento” das regras do jogo, o discurso neoliberal (mesmo negando) confirma a incapacidade de desvinculação entre o Estado e o mercado e reafirma a interdependência dos dois campos (econômico e político). Como a história também já demonstrou, os neoliberais sempre encontraram socorro para a criação das condições de sobrevivência da economia de mercado, mesmo porque a própria “liberação” da economia requer políticas e ajustes legais, realizados pelo mesmo Estado.

1.3. O neoliberalismo para a América Latina³

Para que a ideia de uma nova abertura dos mercados mundiais, traduzida como “globalização”, não se limitasse apenas ao “culto fechado” das corporações norte-americanas e Organismos Internacionais (FMI, BID, BIRD) sediados em Washington, seria necessário avançar sobre os países periféricos do sistema capitalista, sobretudo a América Latina.

Foi nesse sentido que, em novembro de 1989, realizou-se uma reunião entre os membros dessas instituições financeiras, com o objetivo primordial de traçar diretrizes políticas e econômicas para os países latino-americanos. Essas diretrizes ficaram conhecidas como “Consenso de Washington”, ou os “10 Mandamentos de Washington”, sintetizados em três pontos: 1º: Resolução das crises econômicas da América Latina através da reestruturação política e adesão às medidas macroeconômicas formuladas pelo consenso, especialmente pela disciplina monetária com corte de gastos públicos, com o objetivo de alcançar a “estabilidade

³ Vale ressaltar que a primeira experiência neoliberal na América Latina ocorreu no Chile, em 1973, quando o ditador Augusto Pinochet derrubou o governo socialista de Salvador Allende. Atendendo aos conselhos do “Chicago boy” Milton Friedman, implantou-se nesse período o receituário econômico de Washington para a América Latina.

financeira” (FIORI, 2004, p. 84); 2º: Impedir o fortalecimento de políticas desenvolvimentistas nos moldes nacional-populistas. Reapresentação da velha máxima neoliberal de que qualquer país poderia se inserir no plano do desenvolvimento global pelo aumento de sua competitividade e, portanto, pelo abandono de políticas econômicas protecionistas; 3º: Abertura de mercados (velhos e novos) à iniciativa privada, o que requeria o abandono de práticas do modelo keynesiano de Estado de “bem-estar social” (*Welfare State*) e a redução do intervencionismo estatal na economia - desconsiderando que a determinação da abertura econômica (menor ou maior) ainda é uma função política de Estado.

Implementadas mais decisivamente na década de 1990, na América Latina, as reformas neoliberais resumiam-se na desregulação dos mercados, eliminação de barreiras protecionistas e abertura à entrada do capital industrial privado, estrangeiro ou nacional. As leis de desnacionalização, desestatização e privatização garantiram o direito de propriedade privada aos “investidores” nos países latino-americanos.

Com a máscara desenvolvimentista posta pelas corporações norte-americanas e organismos financeiros internacionais, o Consenso de Washington foi “vendido” às nações. Falava-se que após a realização das reformas sugeridas, o que se assistiria seria um surto de investimento econômico da iniciativa privada. O fim do intervencionismo estatal marcaria a redução das desigualdades de renda entre os países do eixo desenvolvido e os países que ainda caminhavam a passos lentos em direção ao *Caminho da Servidão* (o controle socialista estatal), como afirmou Friedrich Hayek.

As reformas foram realizadas e as nações latino-americanas não se desenvolveram conforme o Consenso previa. O que se assistiu foi uma sucessão de crises econômicas. A primeira nação a sofrer o “baque neoliberal” foi a Argentina, em 1990. Em seguida ocorreu a crise mexicana, em 1994 e, logo após, a crise brasileira em 1998 - coroando o fracasso dessas políticas para a América Latina.

O ano de 1997 foi fundamental para se entender por que o neoliberalismo foi revisitado pelos seus formuladores. O fracasso do primeiro Consenso sugeria a “necessidade” de um segundo consenso, pois as intervenções não ocorreram conforme o planejado. Um de seus formuladores, John Williamson⁴ reconheceu o fracasso das suas ideias, mas foi Joseph Stiglitz que, ao escrever *Post Washington Consensus* complementou os horizontes da política neoliberal. Motta (2006, p. 163) afirmou que as lamentações foram convertidas em novas

⁴ O economista inglês John Williamson cunhou o Consenso de Washington na década de 1990.

estratégias econômicas. Traduzindo: em março de 2003, na Conferência de Milão, foi anunciado que as propostas do primeiro consenso ainda eram válidas, apenas adicionando-se as palavras sustentabilidade, democracia e equidade ao bolo de ideias propostas pelos seus “reformuladores”.

Realizados os devidos ajustes para a “segunda geração” de reformas neoliberais, a nova agenda estava pronta, apenas com o elemento “social” incorporado. O principal objetivo de todas essas reformas era “preparar o terreno” para a entrada maciça dos ditames do mercado na América Latina, em especial no Brasil, visto como um país promissor (riquezas naturais) para o crescimento sustentável. Isto quer dizer que:

As reformas institucionais (de segunda geração) retomavam como condição para a promoção do “crescimento sustentado- inaugurando a segunda rodada de reformas do Consenso de Washington”, na qual a natureza das instituições dependeria dos “fatores históricos e culturais” específicos de cada país. Porém, “instituições adequadas”, com o apoio dos organismos financeiros internacionais. Políticas macroeconômicas deveriam “corrigir as falhas do mercado”, eliminando os sérios obstáculos ao desenvolvimento, com a desregulação do sistema financeiro ou as imprudentes políticas monetária e fiscal (LEVY, 2004, p. 01).

Reapresentando a messiânica de salvar os países do atraso, esses organismos econômicos e financeiros reafirmaram suas antigas intenções: uma nova rodada de abertura de mercados e das reservas naturais, nas antigas regiões historicamente exploradas.

1.4. O neoliberalismo brasileiro

A eleição de Fernando Henrique Cardoso como Presidente da República em 1994, pode ser considerada um marco para a consolidação do neoliberalismo no Brasil. O “pai do Plano Real” assumiu em janeiro de 1995, declarando sua disposição de atender às políticas econômicas proposta pelo Consenso - especialmente com medidas para quebrar o monopólio do Estado em setores essenciais como petróleo, gás natural, energia e telecomunicações.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso deu início às privatizações das estatais brasileiras, como um processo complementar ao Plano Real. Ao dar prosseguimento à esta política, FHC realmente atendia às exigências do receituário do Consenso: os países latino-americanos poderiam se integrar à “globalização” dos mercados, através da abertura econômica para o capital privado.

A instauração da Lei de Concessões Públicas (8.987/95) permitiu ao setor privado (nacional e internacional) a exploração do setor bancário, de telecomunicações (TELEBRÁS), de geração e distribuição de energia elétrica (ELETROBRÁS, PETROBRÁS) e também do abastecimento de água. Estavam abertos os negócios da “primeira geração” neoliberal no Brasil. A privatização do setor elétrico brasileiro foi considerada o “negócio do século”, inaugurando os negócios privados nas concessões públicas de energia elétrica, até o final do primeiro mandato de FHC.

As reformas institucionais para a liberalização da economia definiram os governos (1995-2002) de Cardoso que, substituindo a expressão “neoliberal” por “social-democracia”, executou as reformas políticas já experimentadas pelo Chile, Argentina e México: desestatização, desnacionalização, desregulamentação das leis trabalhistas, privatização de setores estatais, abertura de reservas de mercado, ajustes fiscais, cortes de gastos públicos. O ministro da Reforma do Estado, que elaborou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, Luiz Carlos Bresser-Pereira, preferiu substituir a expressão neoliberalismo por “social-liberalismo”.

Contudo, ao se observar as Três Dimensões do Plano Diretor (1995), encontram-se unicamente as diretrizes neoliberais: 1ª Dimensão: Permitirá mudanças estruturais no funcionamento do aparelho do Estado, já que pressupõe a eliminação dos principais entraves no sistema jurídico-legal; 2ª Dimensão: viabilizará a operacionalização da chamada cultura gerencial centrada em resultados através da efetiva parceria com a sociedade e da cooperação entre administradores e funcionários; 3ª Dimensão: possibilitará concretizar novas práticas gerenciais e assim obter avanços significativos, ainda que os constrangimentos legais não sejam totalmente removidos.

A reestruturação do Estado brasileiro a favor do mercado estava consolidada pela força e determinação política do Estado. Mesmo assim, em um de seus discursos, Cardoso criticou veementemente o estatismo: “desestatização e desregulamentação (...) são passos necessários na direção de uma verdadeira democracia econômica, que oriente a proteção do Estado para aqueles que efetivamente necessitam dela: os consumidores, os contribuintes, sobretudo os mais pobres e os excluídos (BRASIL, 15/01/1995).

Criticando o “estatismo econômico”, Cardoso defendia o fortalecimento da ação do Estado para promover a “neoliberalização” da economia, que reverteria benefícios para os segmentos mais excluídos da sociedade. Negando sua adesão “à nova onda de globalização”, FHC assumiu uma postura pseudo-popular, ocultando as verdadeiras prerrogativas do seu

governo: individualismo, competição, privatização e desestatização (MOTTA, 2006, p. 30). Em suma, a Reforma do Estado redundou nos velhos interesses de classes (e suas frações) beneficiadas pelos novos arranjos institucionais, promotores de novos e grandes “negócios”.

O segundo governo de FHC (1999-2002), já acometido pela crise econômica de 1998, foi obrigado a buscar “ajuda financeira” do FMI, enquanto as privatizações seguiram seu curso neoliberal até o ano 2000.

Nas suas conclusões sobre os ajustes neoliberais realizados pelo Estado brasileiro no governo de FHC, Marcelo Dias Carcanholo (2002, p. 32) destaca que “os membros não aceitavam o rótulo de neoliberais, devia ser por isso que eles preferiram ser chamados de social-democratas, mas essa máscara caiu” e o Consenso de Washington deu as cartas da política nacional, com ar de globalizada. A partir destas considerações, pode-se compreender as mudanças que dariam o tom no próximo governo e suas decisões imbricadas com a lógica de acumulação dos organismos internacionais.

1.5. A segunda geração das políticas neoliberais

A “Nova Agenda”, elaborada na Conferência de Milão (2003), afirmava as principais propostas do primeiro Consenso de Washington. No entanto, era necessário, empreender uma busca agressiva pelas reformas de “segunda geração” destinadas a aprimorar as instituições públicas latino-americanas, principalmente nos setores financeiros, nos serviços públicos e nos sistemas políticos e judiciais (BATE, 2003).

Porém, foi durante o Fórum Mundial das Culturas (Barcelona, 2004) que o “pós-consenso” ganhou forças. Abrindo uma alternativa à ortodoxia neoliberal, afirmaram-se as reformas de primeira geração, mas levando em consideração o receituário do mercado:

As reformas institucionais (de “segunda geração”) retornavam como condição para a promoção do “crescimento sustentado” – inaugurando a “segunda rodada de reformas do Consenso de Washington”, na qual a natureza das instituições dependeria de “fatores históricos e culturais” específicos de cada país. Porém, “instituições adequadas”, com o apoio dos organismos financeiros internacionais. Políticas microeconômicas deveriam “corrigir as falhas do mercado”, eliminando os “sérios obstáculos ao desenvolvimento”, como a desregulação do sistema financeiro ou as imprudentes políticas monetária e fiscal. “Internacionalmente, a prioridade seria reformar a “arquitetura financeira internacional para reduzir a volatilidade excessiva dos fluxos de capital” – sem um modelo único, mas princípios adaptados às diferentes realidades.” (MOTTA, 2006: 165).

Nesse contexto de mudanças, a ascensão de Luís Inácio da Silva ao cargo de Presidente da República, em 2002, gerou incertezas em relação ao futuro das reformas estruturais planejadas para o Brasil. Mas os ânimos foram acalmados pela declaração do então Ministro da Fazenda Antônio Palocci:

Nossa administração se diferencia da que nos antecedeu no projeto de país, expressa tanto na nossa agenda de reformas quanto na forma em que as encaminharemos, o pacto social. A diferença entre nossos governos, entretanto, não pode ofuscar a seriedade e a moralidade com que o Ministro Malan geriu a coisa pública condicionado pela agenda do seu governo. E essa herança teremos a satisfação de preservar e entregá-la ainda mais consolidada no futuro (BRASIL, 2003).

Afirmando o compromisso de manter a estabilidade macroeconômica, Palocci confirmava a continuidade das reformas institucionais para a economia brasileira. Nessa conjuntura política, o mercado sentiu-se mais “seguro” para investir em um país emergente que, se não mais com reservas de mercado, com muitas reservas naturais: o Brasil.

O governo Lula promoveu o discurso do desenvolvimento sustentável, com todas as possibilidades de financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O “social” seria sempre lembrado nos discursos do governo e definitivamente incorporado aos programas promovidos pela ONU, para “combater a pobreza”.

Para que o país viesse a crescer de modo sustentável, seria necessário fazer valer os três elementos primordiais do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ou seja, longevidade, educação e renda. Imerso nesse contexto de mudanças econômica e política, o Brasil e o resto dos países signatários, firmaram contratos de longo prazo para atender à “nova ordem”. Além disso, os financiamentos internacionais só seriam possíveis mediante a adesão a essas metas.

O relator da Comissão Mista do Congresso, Deputado Paulo Bernardo, anunciou, em 2003, o restabelecimento do IDH como indicador de prioridade para as ações sociais e real redução de desigualdades e injustiças sociais (MOTTA, 2004: 192). Na sequência desses argumentos, seguiram-se diversos programas que visavam a alcançar as metas de desenvolvimento pretendido pelo governo federal e pela política neoliberal em nível internacional.

Como é possível perceber, o governo federal manteve seu papel político, adotando as mesmas políticas de financiamento dos grandes negócios capitalistas. De mudanças estruturais até uma recomposição nos planos orçamentários do Estado, o que se verificou foi que esse mero acréscimo do IDH às políticas econômicas não contribuiu para mudanças mais significativas nos

quadros da distribuição igualitária de renda ou da promoção de melhores condições de vida à população.

Considerando que o Estado brasileiro já havia assumido o seu papel de organizador das classes dominantes e de suas frações (BARBOSA, 2006, p. 59), bastava aplicar o enlatado Pós-consenso de Washington para se perpetuar a estabilidade macroeconômica, ajustada ao nível do capital privado nacional e internacional.

2. ESCOPO TEÓRICO

Esse capítulo apresentará os principais referenciais teóricos que estruturam e auxiliam na investigação socioantropológica proposta por essa dissertação. A relação entre conflitos ambientais, territórios, empreendimentos, formas de mobilizações e resistências será detalhada após a exposição e discussão de cada perspectiva que se quer analisar.

2.1. Emergência da Noção de Território

A retomada do conceito de território tem por um lado, apresentado fortes aspectos da dimensão política do espaço; por outro, abre um rol de discussões teóricas quanto ao debate em relação à empregabilidade. Nesse contexto, “território deve passar de utensílio descritivo para conceito que estrutura e diferencia a perspectiva interpretativa em que se inclui – e com isso se junta a um enorme conjunto de outras discussões no campo da epistemologia e da metodologia e das ciências sociais”. (REIS, 2002, p. 06). Sob esse prisma conceitual, deve-se privilegiar a reflexão que atenda os mais diferentes anseios no campo de análise dos conflitos ambientais.

Nesse caso, fez-se necessário conceber a noção de território multifacetada pelas mais diferentes formas de interpretação, derivada de múltiplas posições epistemológicas inerentes às mais distintas filiações teóricas. Assim é que o conceito passou a ser entendido como espaço marcado pelas atividades sociais daqueles que habitam e agem sobre ele (BOURDIEU, 2004) e territorialidade como estratégia para delimitar e afirmar o controle sobre uma área geográfica, de outra forma, para instaurar, manter e fazer perpetuar as relações de poder. Dentro dessas perspectivas, o conceito de território, assume vários vieses.

Milton Santos, munido de uma visão relacional, parte da abordagem de que o conceito completa as análises sociológicas, históricas e epistemológicas das mais diversificadas posições teóricas, sendo, portanto, necessário que “o território essa realidade esquecida, seja retomado, evitando o enfraquecimento de uma das ópticas sem a qual a visão de mundo, dos países, dos lugares, é incompleta e até mesmo irreal” (SANTOS, 2004, p.34). Além de, demonstrar que “por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada”. Santos e Silveira (1998) propõem, então, compreender o território a partir de seu uso, e não o território em si mesmo, o que faz dele objeto de uma análise profunda que ajuda a compreender as formas de

relacionamento entre os agentes dispostos no tabuleiro de relações travadas ao nível das fontes recursivas.

Já o panorama descrito por Haesbaert (2009) aborda o território em três diferentes concepções, a saber: a primeira delas está relacionada às relações de espaço - poder em geral, emprestando à análise uma feição político-jurídica. Essa definição é compreendida nos territórios delimitados e controlados pelo o poder do Estado. A segunda distinção, trata do enfoque cultural ou simbólico-cultural a partir da visão subjetivista que compreende o território como produto de apropriação/valorização por parte de um grupo. Enfim, tem-se a perspectiva econômica que enfatiza a dimensão espacial das relações, nesse ínterim o território é tido como fonte de recurso propício às disputas entre as classes sociais.

Reis (2002, p. 17), em sua abordagem epistemológica das territorialidades e do território, destaca que “o território e economias de proximidade, por um lado, e poder e relações assimétricas, por outro, não são questões disjuntivas (o território é um objeto que deve ser interpretado enquanto lugar de relações de poder)”, bem como a necessidade de haver um entendimento do território enquanto resultado das interações que os atores protagonizam ao estabelecer vínculos com o lugar, se desdobrando em elemento crucial da matriz das relações que define a morfologia do poder nas sociedades contemporâneas. O território, assim, emerge como uma arena de conflitos em áreas, mais ou menos, delimitadas.

Para Berta Becker (1991), a flexibilização do Estado em relação ao território corresponde a um processo de emergência de novos usos políticos do território. Tal visão possibilita a análise que ultrapasse as dimensões puramente físicas advogadas por muitos geógrafos que enxergavam o espaço puramente natural preenchido pela paisagem. Nesse contexto, é possível perceber a importância dos usos que se faz dos territórios enquanto elemento político mediado pela morfologia do poder que se inscreve na dinâmica espacial, passando assim de paisagem natural para uma paisagem política e social já que os mesmos são construções sociais, em que intervém uma complexa rede de escalas relacionais; construções discursivas e construções materiais que os atores constituem como forma de apossamento e aproximação com o local, emprestando assim uma face social ao que antes era tratado como isento da ação antrópica.

Lefebvre (1978), por sua vez, ressalta que o território, no qual ocorrem as tomadas de posição, nas quais se inscrevem os atos das gerações, das classes, dos poderes políticos, não constitui um objeto que se encerra no sentido do espaço, mas sim um processo cuja evolução se dá de maneira perpétua envolvendo diferentes escalas particulares. A ideia de que o território

é produto resultante da ação dos atores sociais, denuncia aquilo, que em outro momento, Raffestin (1993) havia chamado à atenção ao percebê-lo como espaço de manifestações de todos os tipos de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades.

Nesse sentido, associando território, classes de poderes e, enfim, atores, Raffestin alerta que não podemos atribuir somente ao espaço natural a exclusividade como fator de força motriz para as transformações ocorridas ao nível dos territórios. Entretanto, é possível dizer que os recursos encerrados na porção geográfica, podem ser entendidos como vetores motivadores pela conservação ou transformação dos territórios.

No outro extremo da discussão da questão territorial, podemos encontrar posições teóricas encrustadas nas produções das Ciências Sociais e Humanas, particularmente na Sociologia e na Antropologia, que adotaram a perspectiva de análise a partir dos desdobramentos da reestruturação dos estados nacionais nos últimos anos, sobretudo, no que diz respeito às transformações mediadas pela “globalização” econômica transcrita nas políticas neoliberais, tanto da primeira quanto da segunda geração⁵, que exigiu que os governos, dos países ditos periféricos, avançassem sobre suas áreas de reservas, seja de capital, de mão-de-obra ou de recursos, com objetivo de incrementar a rede de infraestrutura necessária para a instalação do capital.

O modelo de desenvolvimento econômico proposto não deixou de assanhar ainda mais os debates em torno da noção de território, territorialidades, resistência, redes de relações, alianças e projetos de complementariedade da infraestrutura, dita, necessária para o crescimento nacional, o que tem ocasionado sucessivos choques entre lógicas diferenciadas de apropriação dos recursos. Com efeito, a trivialidade do desenvolvimento que se falava acima concorre para

⁵ As políticas neoliberais de primeira geração, que compreende medidas acertadas entre os funcionários do governo estadunidense e organismos financeiros internacionais em 1989, deram origem ao Consenso de Washington que prescrevia as seguintes medidas: 1º: Resolução das crises econômicas da América Latina através da reestruturação política e adesão às medidas macroeconômicas formuladas pelo Consenso, especialmente pela disciplina monetária com corte de gastos públicos, com o objetivo de alcançar a “estabilidade financeira” (FIORI, 2004: 84); 2º: Impedir o fortalecimento de políticas desenvolvimentistas nos moldes nacional-populistas. Reapresentação da velha máxima neoliberal de que qualquer país poderia se inserir no plano do desenvolvimento global pelo aumento de sua competitividade e, portanto, pelo abandono de políticas econômicas protecionistas; 3º: Abertura de mercados à iniciativa privada, o que requeria o abandono de práticas do modelo keynesiano de Estado de “bem-estar social” (*Welfare State*) e a redução do intervencionismo estatal na economia - desconsiderando que a determinação da abertura econômica (menor ou maior) ainda é uma função política de Estado. Já as políticas da segunda geração neoliberal, fundadas no início dos anos 200, propunham aprimorar as instituições públicas latino-americanas, nos setores financeiros, nos serviços públicos, nos sistemas político e judicial (BATE, jun/2003).

uma nova organização local em diferentes escalas de relações, o que corresponderia a novos cenários da morfologia das relações de poder (REIS, 2002).

Paul Little (2002) busca no enfoque fundiário a ideia de território e territorialidades para compreender o sentido destes conceitos numa conjuntura contemporânea profundamente marcada pela retomada da capacidade de investimento do Estado em obras de infraestrutura. Para isto, o autor recorre à teoria antropológica da territorialidade associada ao conceito de *cosmografia* que é definido “como saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território” (LITTLE, 2002, p.04). Esta perspectiva enfoca os múltiplos territórios sociais presentes dentro do território brasileiro, a saber: indígenas, quilombolas, pescadores, etc. Tais territórios atualmente estão ameaçados pelos avanços de obras de infraestrutura tanto do Estado, quanto pela iniciativa privada.

Na Antropologia, Maurice Godelier define a noção de território a partir de uma porção da natureza na qual determinada sociedade reivindica para seus membros: acesso, controle e uso dos recursos nela contido (GODELIER, 1984). O autor mantém, na sua definição, o elemento natural como uma dimensão dotada de fontes recursivas necessárias à manutenção dos atores que nela reside. O reconhecimento da natureza como estruturadora das relações, frequentemente se faz presente na análise do autor, uma vez que o reportamento às sociedades tradicionais sempre desvela essa relação de dependência dos recursos para a sua manutenção.

Nesse contexto, a discussão territorial a partir da dimensão fundiária ganhou relevo com a projeção de Programas desenvolvimentistas fundamentados e implementados nos últimos anos no Brasil. A possibilidade de retomar investimentos ou de empreender novas obras de infraestrutura arraigou ainda mais as diferenças sociais, históricas e de classes geradas pelo capital estatal e privado ao longo dos anos.⁶

As elaborações teóricas tecidas anteriormente permitem constatar que o conceito de território abrange a perspectiva geográfica da porção espacial; a dimensão social enquanto algo que é construído pela ação dos agentes e a elaboração de estratégias de resistência que garantam a reprodução e manutenção dos variados interesses. O território, então, pode ser entendido como um emaranhando entre os determinantes físicos, ao sabor da Geografia, e as dimensões

⁶ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado em 2007, no segundo mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2007-2010), o referido Programa promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país. Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase dando continuidade a essa política de retomada de investimentos em infraestrutura por parte do estado brasileiro. Fonte: www.pac.gov.br

socioantropológicas, delineada pelas ciências sociais e humanas o que reflete bem as possibilidades de pensar a partir de uma perspectiva relacional.

Desse modo, de acordo com o que foi apresentado pode-se afirmar que na contemporaneidade há um esforço epistemológico em empreender uma interpretação do território. Além disso, é necessário romper com a visão simplista e superficial de que basta compatibilizar territorializações e mobilidade para entender as estruturas espaciais e as disposições (REIS, 2002; RAFFESTIN, 1993).

2.2 . Território e poder: a morfologia das relações assimétricas de poder

O território além de ser percebido como fonte de recursos, espaço usado por grupos sociais (HAESBAERT, 2009; SANTOS; SILVEIRA, 2004; GODELIER, 1984), também constitui o espaço de medição de forças, de disputas entre diferentes escalas de poder que se confrontam, por ora, mas também entram em conluio em determinado momento. O pensar, nessa perspectiva ganha relevo quando tratamos da *epistemologia do território* enquanto esforço para empreender uma análise que supere as dimensões essencialmente geográficas e dicotômicas que por muito suprimiram os debates acerca da questão territorial.

Nesse contexto, tornou-se necessário conceber as relações de poder a partir de processos, estruturas, códigos, linguagens, objetos. Expedientes que, percebidos nas formas de interação entre os agentes, possuem diferentes frações de poder e possibilitam redes relacionais voltadas para as demandas particularistas dos grupos (REIS, 2002). De pronto, é pertinente avaliar que as relações estabelecidas entre os diferentes não se situam na mesma escala de interação, o que leva a formas de desenvolvimento desigual.

Diferentemente, Raffestin (1993), vê o território como espaço mobilizado essencial para as relações de poder e as territorialidades enquanto estratégias para reiterá-lo. Partindo da noção geográfica de território associada às interações de proximidade em contextos de co-presença, o referido autor se sobressai. No entanto, as lacunas referentes à construção e aos usos de novos contextos ficam negligenciadas, por ser uma análise territorialista, mas não relacional o que implicou no desconhecimento das estruturas materiais, relegando para a esfera da reprodução (CLUMBERS *et al.*, 2003) uma realidade “independente”.

Não obstante, a dimensão territorial na discursiva das ciências sociais requer um pensamento que considere a morfologia das relações de poder a partir do prisma das assimetrias

inscritas nos territórios, quer dizer, o espaço é relacional à medida que os atores estão mobilizados com diferentes gradientes de mobilidade, sejam eles verticais ou horizontais, no campo de disputas e medição de forças. Nesse sentido, há por vezes, uma tendência em empreender um tratamento epistemológico destoante do atual quadro analítico da Geografia.

Sendo assim, a realidade concreta se revela enquanto referencial de observação que desvela o desenvolvimento desigual por via da assimetria na distribuição de poder, ou melhor, as propriedades dos agentes componentes do tabuleiro de disputa são determinantes para compreender o *mapa relacional* (REIS, 2002) que o aspecto da co-presença possibilita. A título de exemplo, pode ser citado o conflito ambiental envolvendo comunidades e agentes externos a elas, cujas posições, propriedades e mobilidades são diferenciadas dadas as condições estratégicas e de distribuição de poder e renda.

De volta a Raffestin (1993), a observação de que existe uma representação desigual das relações ganha fôlego a partir de uma concepção relacional, na qual a pedra de toque não é essencialmente o controle de fluxo, proposto pela Economia, mas sim a centralidade das organizações. “As organizações, canalizam, bloqueiam, controlam, ou seja, domesticam as forças sociais” (RAFFESTIN, 1993, p. 39), ao passo que são capazes de lançar ao espaço de interlocução das representações, que no dado contexto social só pode ser constituído pelo território.

Essa relação território – poder – desenvolvimento desigual toma contorno de um conflito que envolve diferentes dimensões sociais. Esse movimento não é um destarte da análise territorial, mas afasta-se da perspectiva territorialista, ao passo que o entendimento de novos contextos relacionais pelos atores com suas posições adquiridas, ou delegadas, se faz pela compreensão da morfologia do poder. O poder, aqui, não é uma estrutura estática que age nos interstícios das relações estabelecidas, o poder emana das mais singulares, e particularistas, formas de ação. Nesse sentido, é signatário de uma rede matricial interna dos territórios representada pelas: identidades, as co-presenças e as capacidades dinâmicas, assim como pelos conflitos e as tendências regressivas (REIS, 2002, p. 11).

3. BACABAL: BREVE HISTÓRICO

Para uma melhor compreensão da localidade que iremos explorar, faremos neste tópico uma breve apresentação da história da cidade de Bacabal.

Sua história tem como marco inicial os registros datados nas últimas décadas do século XIX. Até 1876, assim como muitas terras do Maranhão a região conhecida como Médio Mearim⁷, onde está situada Bacabal era habitada por índios da tribo dos Guajajaras e Crentes (de origem desconhecida), cujas malocas situavam-se no atual bairro do Juçaral. Nesta mesma década o Coronel Lourenço Vieira da Silva fundou sua fazenda com sede na localidade que hoje é conhecida como praça Santa Terezinha. Com o fim da escravidão em 1888 sua lavoura que utilizava mão de obra escrava foi a falência. Anos depois, essa propriedade passou a pertencer ao Coronel Raimundo Alves de Abreu e foi intitulada de Sitio dos Abreus. Em 17 de abril de 1920 por meio da Lei estadual nº 932 assinada pelo então governador do Estado, Urbano Santos da Costa Araújo, a pequena vila foi elevada à categoria de município, desta forma passou a ter autonomia administrativa, passando a ser intitulada de Bacabal. O nome Bacabal originou-se devido à grande quantidade de palmeiras que haviam na região conhecida como bacaba⁸. Com esta mudança o município de Bacabal, que antes tinha suas terras agregadas ao município de São Luís Gonzaga, passou a ser um município independente. Nesse período Bacabal tinha cerca de 9.500 habitantes. Em de 1938, com o Decreto Lei nº 159 de 6 de dezembro⁹, Bacabal assim como os outros 65 municípios que o Maranhão possuía naquela época teve seus limites territoriais delimitados, este decreto foi elaborado com o objetivo de regulamentar a divisão territorial do estado do Maranhão. (ARAUJO et al, 2013; FERNADES, 2018).

Bacabal iniciou sua economia com a fundação do sitio dos Abreus, com terras férteis o Médio Mearim ficou conhecido como eldorado, muitos vegetais, legumes e cereais eram plantados aqui e exportados para outras localidades pelo Rio Mearim. Com a abundância para o plantio o Médio Mearim recebeu migrantes do Ceará, Piauí, Paraíba, Pará e Pernambuco¹⁰. (REINALDO, 2009).

⁷ O Médio Mearim é uma das 21 microrregiões do estado do Maranhão, está localizada no centro do estado, pertence a mesorregião centro Maranhense.

⁸ Palmeira nativa da Amazônia, que também é encontrada nos estados do Pará, Tocantins, Acre e Maranhão, esta palmeira era abundante na cidade de Bacabal, porém hoje dificilmente é encontrada

⁹ Como o estado era governado pelo então interventor federal indicado pelo então presidente da república Getúlio Vargas o decreto foi editado por Paulo Martins de Souza Ramos, que respondia pelo estado do Maranhão.

¹⁰ As grandes secas que assolaram o Nordeste nas décadas de 20 e 30 foram um dos principais motivos para a migração no Brasil. Nas décadas de 1930, 1940 e 1950, configura-se essa região do Maranhão como dotada de

Na década de 1940 a economia se desenvolveu pelas usinas de beneficiamento de arroz e algodão, estas fábricas encontravam-se onde hoje é o Ramal, bairro este que é um dos mais antigos da cidade. Em relação ao crescimento do comércio na cidade, este ocorreu na década de 1960, em que grandes lojas varejistas se instalaram no centro da cidade.

Atualmente Bacabal é considerada como um grande polo econômico regional. O comércio está centrado no fornecimento de produtos e serviços. Na referida cidade, podemos contar com as agências bancárias do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste.

Se tratando da agricultura é produzido e comercializado arroz, feijão, milho, farinha de mandioca dentre outros produtos. A cidade também se destaca na pecuária.

Seu território calcula-se em 1.609 km², depois dos desmembramentos ocorridos. Limita-se com os municípios de Vitória do Mearim, Lago Verde, São Luís Gonzaga do Maranhão, Lago do Junco, São Mateus do Maranhão, Bom Lugar, Olho D'água da Cunhãs e Pio XII.

Entre os mais importantes acidentes geográficos, o que mais se destaca é o Rio Mearim que, pela parte sul atinge Vila Velha, alcança o Norte em Lajes do Curral¹¹, seguindo até o limite com a cidade Vitória do Mearim na baixada maranhense. É navegável e bastante propenso para pesca. Antes do surgimento das rodovias, o Rio Mearim foi utilizado bastante nos transportes de pessoas e mercadorias por meio de embarcações.

Bacabal cresceu significativamente nas últimas décadas, de acordo com o censo do IBGE realizado no ano de 2010, a população era de 100.014 pessoas, sendo a cidade mais populosa na região, a nona no estado e ocupando a posição de número 283 no Brasil.

águas das chuvas e dos rios, terras disponíveis para o plantio e de trabalho na lavoura, no comércio, nas tropas de burro e nas usinas de beneficiamento de arroz e algodão. Toda essa prosperidade chamou atenção dos estados vizinhos, com isso o Maranhão recebeu vários migrantes oriundos do Piauí, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e em maior proporção numérica do Ceará. Centenas de cearenses vieram para a região do médio Mearim na década de 1930, pelo motivo da seca de 1932, eles tinham a visão do Maranhão como um Eldorado, ou seja, um lugar onde há disponibilidade de terras com solo úmido e abundância de chuvas. (FERREIRA, 2013).

¹¹ Povoado pertencente a cidade de São Mateus

4. SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL

As problemáticas envolvendo o saneamento básico no Brasil ainda é bastante comum de serem observadas no meio social, mesmo com alguns avanços sociais que o país viveu nas últimas décadas, a questão é preocupante, uma vez que muito ainda precisa ser feito. Nesse sentido, com base em um diagnóstico produzido pelo Instituto Trata Brasil, o país dificilmente atingirá o objetivo pretendido em relação a expansão do sistema de saneamento nas próximas duas décadas de trabalho na forma que as ações no setor estão sendo conduzidas. A pesquisa denominada de Ranking do Saneamento Básico nas 100 maiores Cidades, deixa claro e evidente os resultados obtidos devido aos péssimos investimentos que vem sofrendo as políticas públicas voltadas para questões de saneamento no imenso país como o do Brasil. Ainda segundo os dados da pesquisa a culpabilidade do fracasso nos investimentos necessários para o avanço no setor envolve tanto a esfera federal como a estadual e municipal. Todas elas estão sendo de certa forma solidárias na falta de eficiência e comprometimento com a eficácia das metas que precisam serem alcançadas.

A necessidade de avançar nos campos do saneamento e da gestão dos recursos hídricos resultou em recentes reformas dos marcos legais e aumento significativo dos recursos destinados ao saneamento. No campo acadêmico, tal quadro inspira o desafio de melhor compreender as trajetórias dessas políticas, o que motiva este esforço para conhecer os processos históricos formativos e fatores estruturais que as condicionaram de modo sistêmico. Responde a provocações como a de Castro (2009), segundo a qual há a necessidade de incorporar às análises de políticas públicas, da área de água e esgotos, os condicionantes sistêmicos que estruturam suas concepções. (MURTHA et al, 2015).

Segundo Zacarias (2000), o mundo atual está composto por uma sociedade contemporânea de massas onde se destaca a fabricação em série e conseqüentemente a comercialização em grande escala de objetos e serviços. Como base nisso, o consumo exacerbado e ao mesmo tempo desnecessário dos inúmeros produtos oriundos das indústrias mundiais, vem contribuindo significativamente para grande produção de lixo. É justamente o destino final de tudo que é produzido e consumido pela população brasileira que vem sendo o fator crucial para os grandes problemas ambientais que a sociedade vem sofrendo. O lixo doméstico oriundo do grande consumismo é um grande entrave quando se trata de saúde pública.

O descaso por parte do poder público em relação ao saneamento básico no Brasil vem a cada dia se tornando mais visível nas zonas urbanas, principalmente nas localidades que tem como classe predominante as mais carentes. É evidente que com o crescimento da população e

consequentemente com a expansão imobiliária, essa problemática está se agravando consideravelmente.

Para compreendermos como se deu o processo de implantação do saneamento básico e como este tema foi tratado no Brasil ao longo dos anos, realizaremos um breve apanhado temporal deste contexto no nosso país.

Com a chegada da família real no Brasil foram realizadas obras de redes de coleta para o escoamento da água da chuva, o Brasil foi um dos primeiros países a fazer tal obra, porém somente foram feitas no Rio de Janeiro, lugar onde estava instalada a família real. Passados alguns anos, epidemias de febre tifoide¹² e cólera¹³ foram causas de centenas de mortes, para eliminar essas epidemias foram realizadas obras de saneamento básico. Em 1888 com o fim da escravidão e consequentemente com a falta pessoas¹⁴ para transportar os dejetos ou mesmo levar água, foi necessária uma implantação mais eficaz para o saneamento básico. (LINS, 2010).

O saneamento não era como conhecemos hoje. No século XIX as ações eram feitas com o intuito de impedir o avanço das doenças infecciosas, parasitárias e outras, para isso eram realizadas ações na perspectiva do higienismo¹⁵. No início do século XX a questão sanitária foi objetivo político, a saúde tinha como referencial as pesquisas de Oswaldo Cruz. Ainda nesta época optou-se pelo uso do sistema de separador absoluto de esgoto, que é quando há uma construção exclusiva da canalização para esgotos, ou seja, o mais utilizado no Brasil. (DANTAS et al, 2012; LINS 2010).

Na década de 1930, mais precisamente em 1934 que houve uma regulamentação para o uso hídrico no Brasil, foi o denominado Código das Águas. Através do decreto nº 24.643, de acordo com André Marujo, a ideia de regulamentar o uso das águas foi de Alfredo Valadão no ano de 1907, porém só foi de fato colocada em prática no governo de Getúlio Vargas, depois da revolução de 30, com a meta de regulamentar a ideia de Valadão o decreto foi elaborado por engenheiros e juristas sob a coordenação do ministro Juarez Tavora. (MARUJO et al, 2015).

¹² Doença causada por ingestão da bactéria salmonela

¹³ Doença infectocontagiosa causada por ingestão de alimentos ou água contaminados

¹⁴ Os escravos que tinham como trabalho o despejo de dejetos dos senhores eram conhecidos como escravos tigres devido aos dejetos que acabavam transbordando dos barris e escorrendo por seus corpos, deixando listras como as dos tigres.

¹⁵ Doutrina iniciada no século XIX, que tinha como foco a saúde da população, era baseada na higiene como prevenção de doenças.

Nas décadas de 50 e 60 surgiram ações que tinham como propósito determinar as primeiras classificações e parâmetros físicos, químicos e bacteriológicos responsáveis pela análise da qualidade das águas, através de leis estaduais e federais. Houve também nas referidas décadas a prolongação da dificuldade de envolver os privilégios do saneamento com a saúde, ficando assim dúvidas pertinentes a sua existência efetiva. Nos meados da década de 70 houve a primazia da perspectiva de que progressos nos setores de abastecimento de água e de saneamento sanitário nos países em crescimento sucederia na minimização das taxas de mortalidade, apesar da inexistência de ações primárias voltadas para saúde. Ainda nessa década, foi consolidado o PLANASA (Plano Nacional de Saneamento), que veio com objetivo de fomentar os índices de assistência por métodos de abastecimento de água. Foi também nesse período que passou a existir de fato uma preocupação ambiental na agenda pública brasileira, devido ao estabelecimento dos conceitos de Ecologia e Meio Ambiente e a instituição da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) em 1973. Já por volta dos anos 80, houve o surgimento de um método mais rígido em relação ao acompanhamento da real situação da saúde da população, uma vez que inexistia um verdadeiro sistema de tratamento de água e esgoto. Além disso, na época foi instituído inúmeros meios legais a nível nacional como forma de método avaliativo tanto para as políticas como para as ações do governo federal, a exemplo tivemos a Política Nacional do Meio ambiente (Lei 6.938/81). E por fim, nesse mesmo período foi realizada uma análise técnica das legislações voltadas para as formas de qualidade das águas. No período compreendido entre a década de 90 até o início do século atual, os conceitos de desenvolvimento sustentável, conservação e preservação do meio ambiente, obtiveram mais visibilidade e passaram a ser foco de discussão, os recursos hídricos também foram debatidos, uma vez que os mesmos estavam bem propensos com as ações que envolvia diretamente o sistema de saneamento. Outros fatores de grande relevância que ocorreram na referida época, foi a criação da Política e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97)¹⁶ e o fomento relacionado com a avaliação dos impactos e resultados de atividades de saneamento que de certa forma causaram estragos ao meio ambiente. Por fim, foi estabelecida as diretrizes nacionais para o saneamento básico (Lei 11.445/07). (RIBEIRO, ROOCK, 2010).

¹⁶ Lei que instituiu a política nacional dos recursos hídricos, mais conhecida como lei das águas, determina os instrumentos de gestão dos recursos hídricos de domínio federal.

4.1. Estação de tratamento de esgoto do bairro Novo Bacabal

Em meio ao processo de crescimento e desenvolvimento da cidade de Bacabal, localizada a aproximadamente a 250 km de sua capital São Luís, é notório a necessidade de uma postura diferente por parte do poder público no que tange a questão ambiental do referido município, dessa forma, precisamos urgentemente motivar a reflexão e o uso adequado dos recursos naturais e sobretudo dos locais destinados para o tratamento de água e esgoto tendo em vista principalmente as futuras gerações. Diante disso, em visita a ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) do bairro Novo Bacabal constatamos que o conceito de desenvolvimento ainda está longe de ser colocado em prática em nossa cidade, observamos além do descaso por parte do poder público em relação a infraestrutura do bairro, há também diversas problemáticas envolvendo questões ambientais e sociais devido a instalação de uma inacabada estação de tratamento de esgoto.

Em conversa com alguns moradores do bairro que residem próximo a área que está situada a ETE, o que foi observado a priori, ganhou mais veracidade com os depoimentos dos moradores. De acordo com os mesmos, foi por volta dos primeiros anos da década de 90, que a localidade começou a ser povoada. Inicialmente as casas eram de barro e cobertas com palhas e com o passar dos tempos, novos habitantes foram chegando e conseqüentemente construindo novas residências. Com o aumento populacional na área foi instituída uma associação de moradores que tinha como principal objetivo lutar por melhorias no bairro. Vale destacar que com a presença da associação, a população local ganhou força e visibilidade e em razão disso no final da década de 90 a localidade conhecida como Novo Bacabal passou a receber projetos oriundos do governo federal voltados para melhoria da qualidade de vida dos que ali residiam. Esses projetos foram de construir residências de alvenaria, encanação de água e luz elétrica, com a chegada desses projetos o bairro passou a ser um canteiro de obras, além das casas consideradas dignas para morar, foram construídos escolas e posto de saúde. Cabe frisar, que além do Novo Bacabal, outros como a Vila Coelho Dias, Vila Frei Solano, Vila Pedro Brito, Bairro Almiro Paiva também estavam se expandindo nessa mesma época. Nesse sentido, com o surgimento de novos bairros e conseqüentemente com o aumento populacional, houve a necessidade da implantação de uma estação de tratamento de esgoto que pudesse atender de forma positiva os anseios da população em relação ao saneamento básico. Em razão disso, surgiu a ETE do Novo Bacabal.

Figura 1 Estação de Tratamento de Esgoto no Bairro Novo Bacabal



Fonte: autor, 2018.

Segundo os moradores, inicialmente o que foi repassado pelos responsáveis pela implantação da ETE seria que a obra iria trazer empregos e infraestrutura para o bairro, mas segundo os mesmos tudo não passou de promessas. É sabido que uma estação de tratamento de esgoto é de grande importância para uma cidade, mas no caso da ETE localizada no Novo Bacabal, de acordo com os moradores o que era para ser solução transformou-se em problema. Desde do início da obra das bacias, como os moradores denominam a área destinada para o armazenamento de água para o tratamento, várias complicações ocorreram, inclusive pessoas que vieram a óbito por terem contraído doenças durante a construção do sistema. Outro fato relatado pelos moradores ocorreu em razão da inoperância da futura ETE, devido a isso o local passou a ser usado como depósitos de dejetos trazidos por carros que trabalham na limpeza de fossas, ocasionando assim um grande mal cheiro para a comunidade, além disso a vegetação como também os animais que eram vistos na localidade sofreram impactos com o início da obra.

Ainda sobre os relatos dos moradores afetados com a inoperância da estação de tratamento de esgoto do bairro Novo Bacabal, os mesmos caracterizam o problema como uma grande injustiça socioambiental por parte dos órgãos municipais que de certa forma deveriam acompanhar com mais veemência os trâmites da instalação da referida obra. Em conversa com o secretário de meio ambiente da cidade, foi-nos relatado que o órgão somente fará a vistoria quando a obra estiver devidamente concluída. Vale salientar, que os muitos moradores que residem mais próximos da obra da ETE já procuraram seus direitos como cidadãos, mas se quer

foram atendidos. De acordo com os moradores, após o início da obra, eles perceberam que foram enganados, uma vez que a verdadeira intenção dos responsáveis pela execução da obra era somente resolver os problemas inerentes ao saneamento básico dos habitantes do centro da cidade e dos bairros mais próximos do mesmo.

Segundo Gonçalves (2012, p. 82) “[...] o poder das ideias das cidades para difundir suas ideias é maior que o do campo. E, nas cidades, não são as ideias em geral que circulam, mas, sobretudo, as ideias da classe dominantes”. Com base nisso, e se tratando da forma como foi implantada a ETE do Novo Bacabal, muitas vezes em meio a esses grandes projetos existem negociações com interesses totalmente particulares, começando pela escolha do local onde determinada obra será construída. Geralmente, o local escolhido não é propício para tal obra, mas devido ao laço estreito existente entre o dono da propriedade e o executor da obra visando o lucro e não o bem-estar social da população, a área escolhida passa a ser um local ideal. Assim, todas as pesquisas referentes aos possíveis impactos socioambientais que são necessários antes do início de qualquer obra que envolva o solo e a vegetação são totalmente descartadas por questões simplesmente pessoais.

Portanto, diante dos pressupostos, fica constatado que as zonas periféricas da cidade, ou seja, os locais que residem as pessoas mais humildes, continuam sofrendo graves consequências socioambientais em detrimento do desenvolvimento. Toda essa problemática tem como origem a diminuição dos investimentos públicos no setor ambiental e também na má aplicação dos recursos destinados para o crescimento sustentável em meio a grande expansão imobiliária que a cidade de Bacabal vem tendo nas últimas décadas. Dessa forma como afirma Gonçalves (2012, p. 48) “a dificuldade para superar o desafio ambiental nesse período de globalização neoliberal” só cresce cada vez mais.

Assim, fica evidente que o que se esperava em relação ao crescimento e sobretudo ao desenvolvimento urbano em prol de um bairro digno para morar, uma vez que o mesmo pertence a uma cidade com mais de 100 mil habitantes, transformou-se em um caso explícito de saúde pública.

4.1.1. Reconhecendo a existência do conflito

Há quase 12 anos da construção da estação de tratamento de esgoto, no bairro Novo Bacabal, foi planejado mais um grande empreendimento para a cidade do Médio Mearim e

adjacências. Entretanto, havia a necessidade de considerar que, para a concretização do projeto de avanço no saneamento básico, haveria a incorporação de territórios e alterações na dinâmica social das populações locais.

Em meados dos anos 2000 a discussão voltava-se para a questão do saneamento básico, com a Lei Nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, que traria as novas diretrizes para o quadro dinâmica nacional, catalisando ainda mais conflitos ambientais.

A atual expansão do capital transnacional toma essa especificidade por seu caráter seletivo em relação aos espaços de exploração, localizados, em sua maioria, em regiões ainda habitadas e preservadas, a exemplo do Novo Bacabal. Observando isso, lembremos que o capitalismo, por seu turno, é seletivo, não se expandindo aleatoriamente sem prévia especulação espoliativa que o move em direção às terras de grupos sociais vulneráveis.

Nesse sentido, foi essencial para que essa expansão fosse realizada pelas articulações entre o local e o global, no qual o tempo preciso (gerido pelo Capital) permitisse o estreitamento das relações periféricas e centrais em favor da acumulação, na qual o fluxo de construções que não cumpriam o seu papel inicial passou a compartimentar as atividades marcadas pelo valor do progresso bastante distinto, alterando relações históricas de populações locais com a natureza.

Durante o acompanhamento da pesquisa de campo, a dimensão fundiária apareceu como um problema antigo, porém mal resolvido, o que permitiu a especulação imobiliária ao reboque do desejo de instalação do empreendimento.

Nesse caso, a afirmação de instrumentos de intervenção, a comprovação de sua eficácia e, por conseguinte, o estabelecimento da distinção em relação a valores e práticas capitalistas, inexoravelmente se reflete no papel da territorialidade. Ou seja, é remetida a uma realidade em movimento que caracteriza o modo de vida e a organização da vida de cada indivíduo e de cada grupo. (TEISSERENC, 2009, p.163).

No outro extremo, a territorialidade pode ser pensada como uma realidade de rede (TEISSERENC, 2009, p.162), no sentido em que ela fundamenta as mediações cognitivas e práticas que concorrem para a realização das ações a partir da materialidade dos lugares.

Ademais, é preciso atentar para o fato de que o conflito revelou pequenos focos de resistência em torno das ameaças de deslocamento compulsório/forçado e que uma das estratégias de resistência utilizadas pelos moradores, até então, era a solicitação da manutenção da estação de tratamento. É preciso sublinhar a importância de observar os investimentos na

“luta” em consonância com as oportunidades conjunturais disponíveis para sua efetivação e transformação em agenda de reivindicação. Ou seja, a territorialização entendida como uma produção social, de acordo com Rogério Haesbaert, é o resultado de “uma hibridação entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura e entre a materialidade e identidade, numa complexa interação espaço-tempo” (HAESBAERT, 2004, p.79). Destaca-se que a territorialização das lutas políticas fica ainda mais forte quando o território em questão é objeto de reivindicações complexas, tal como é o caso do Novo Bacabal.

Figura 2 Tanque Com Dejetos na Estação de Tratamento no Novo Bacabal



Fonte: autor, 2018.

À medida que o capital tenta reorganizar os territórios de acordo com as suas necessidades de acumulação, os mecanismos de defesa são acionados, ou reinventados, pelas comunidades ameaçadas pela dinâmica da expansão. Nesse caso, a territorialidade se caracteriza notadamente pelas relações assimétricas de poder (REIS, 2002) entre os diferentes grupos de atores envolvidos na disputa, expressa por um sistema de intercâmbio de estratégias e por uma distribuição desigual de déficits ambientais. Estão em jogo ainda as formas de apresentação e representação política e como as mesmas se relacionam aos variados recursos sociais e econômicos de que dispõe os atores, tais como redes pessoais, condição prévia de liderança, expertise de profissionais, etc.

A partir daí entra em jogo a consecução de estratégias na arena política, atualizados pela dinâmica desse território em competição, com vistas à constituição de alianças ou redes de alianças.

Pode-se dizer que as dimensões apontadas são convergentes com o processo de expansão capitalista em Bacabal, no entanto é preciso frisar que o histórico do processo, revelou a dinâmica marcada pela incerteza da permanência da localidade de Novo Bacabal construída em constante sinergia com a prefeitura da cidade. Ademais, pode-se dizer que as dimensões apontadas são convergentes como o processo de territorialização do capitalismo, iniciada há exatos 50 anos.

4.1.2. A visão dos moradores ao redor da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto)

Aqui descreveremos entrevistas realizadas com moradores do bairro Novo Bacabal, são pessoas humildes que mesmo sem muito conhecimento viam na obra realizada uma melhoria para suas vidas. Ao todo foram entrevistados 3 pessoas, duas mulheres e um homem. Os entrevistados escolhidos foram aqueles que residem o mais próximo da estação de tratamento de esgoto, pois com a proximidade do local tem percepções mais detalhadas de todo o caminho percorrido por essa obra que até hoje não foi concluída. Seu Antônio, um de nossos entrevistados, foi escolhido devido a indicações, uma vez que este é um dos primeiros moradores daquela localidade e teve papel importante para a comunidade.

Começaremos descrevendo a entrevista com dona Neta, ela tem 38 anos de idade, reside no bairro há 18 anos, veio com os pais para o bairro Novo Bacabal quando ainda era solteira, assim que se casou passou a morar com o marido e a filha ao lado da casa de seu pai. Foi na porta de sua casa que realizamos a entrevista, ela conta que sua casa foi feita através de um projeto do governo, pois assim que chegou no bairro as casas eram todas de palha, as ruas eram pequenas veredas, o que não é muito diferente atualmente. No bairro não tinha água encanada nem energia elétrica, para obter energia faziam o que popularmente chamamos de “gato”. Sobre a chegada de tratamento de esgoto para o bairro dona Neta conta que seria bom para todos, mas com o passar do tempo percebeu que a construção não iria para frente, ela lamenta a situação, pois ver que o investimento financeiro feito na construção também sai de seu bolso, uma vez que é oriundo de dinheiro público. Dona Neta lembra de como era quando carros de fossa iam despejar de forma clandestina dejetos nas bacias que foram feitas para a ETE. O mau cheiro era o que mais incomodava, pois como mora em frente, invadia sua casa. Ela espera que a construção seja concluída, pois traria benefícios para o bairro.

Como era o saneamento básico naquela época?

A água era por poço, inclusive na casa do meu pai fez um, aí quando a água encanada chegou foi que entupiu o poço, e nós pra lavar roupa ia naquele lago, e pra beber era do poço.

Quando a água passou a ser encanada?

Foi quando começaram a fazer essas casa aqui, que essas casas são de projeto, não lembro o ano, está com 8 a 9 anos.

Quando iniciou as obras da ETE?

Eu acho que foi há 16 anos atrás, faz muitos anos mesmo.

Quais eram as expectativas com a ETE no bairro?

Eu pensei que ia ser como o povo diz, uma coisa bem feita, toda organizadinha, mas aí começaram a botar só dejetos aí, enchiam os carros pra lá e botavam aqui e sem tratar sem nada, aí foi quando nós fizemos um abaixo assinado, o seu carrapicho interditou ali, aí não botaram mais, e deixaram assim, trabalham trabalham... e nunca chega ao final, era um fedor horrível aqui, principalmente nessa rua aqui que é pertinho se desse um sereno ave maria aí pronto.

O que os moradores fizeram?

A gente fez abaixo assinado, botaram uns paus ali, aqui prejudicava, mas eles ainda mais, porque aquela bacia ali era que ficava mesmo, aí começaram a fazer esse muro aí disse que ia ficar tudo bonitinho, ia iluminar, mas nada, tá nessa condição aí o muro já tá todo destruído.

O que pensa hoje sobre o ETE?

Eu penso que é só dinheiro perdido e o pior que é nosso (risos).

Quais pontos positivos e negativos atribui a obra da ETE?

Se eles fizessem do jeito que eles disseram que é pra ser, tratado, remédio pra tratar. E os negativos é porque eles deixaram abandonados, acho que eles pensavam que aqui mora é cachorro pra viver no lixo (risos). (Entrevista concedida por Neta no dia 13 de setembro de 2018).

Também conversamos com dona Socorro, uma senhora de 58 anos, natural do povoado de Bom Princípio veio para Bacabal em 1983 com 5 filhos pequenos e tinha a produção de carvão como meio de sobrevivência, estudou só até a 5ª série e talvez esse seja um dos motivos de seu pouco entendimento e percepção sobre a ETE. Ela descreve como bonito quando as bacias começaram a serem feitas. Diz que que a água era limpa e os moradores tomavam banho. Sobre a situação que se encontra hoje ela diz que não a incomoda pois em suas palavras “*Eu pensava que ia dar uma coisa normal, mas depois não deu em nada, ainda bem que o dinheiro é deles mesmo*” nem tão pouco lhe prejudica já que “*eu não tenho nada a ver, eu tendo meu terreninho pra cá, por mim tanto faz.*” Como vemos dona Socorro não percebe que a construção de uma ETE lhe traria sim benefícios, não só para ela como para todos do bairro, também não identifica que os gastos realizados são sim seus, que sua contribuição como cidadã não está sendo usada a seu benefício, devido a isto acredita que o “dono” seja algum empresário. Referente as obras da ETE perguntamos a dona Socorro:

Quais eram as expectativas com a ETE no bairro?

Era bom porque a água era limpinha a gente banhava. Eu pensava que ia dar uma coisa normal, mas depois não deu em nada, ainda bem que o dinheiro é deles mesmo. O pessoal disse que fede, mas aqui na minha casa nunca fedeu não.

O que pensa hoje sobre o ETE?

Tá precisando de tratamento, porque tem que limpar, ficou feio. Se tivesse limpinha tudo bem.

Acha que a ETE hoje é prejuízo?

Não é prejuízo por que eu não tenho nada a ver, eu tendo meu terreninho pra cá, por mim tanto faz.

Quais pontos positivos e negativos atribui a obra da ETE?

(positivos) Que eles cuidassem mais um pouco, porque ficava bonito pra sociedade e pro dono. Negativos nem sei dizer, não tem nenhum, não prejudica nada.

Mas você não acha que se a obra estivesse concluída e funcionando o bairro seria beneficiado?

Com certeza, aqui eu tinha um poço no meu quintal, aí eles vieram me avisar pra eu colocar que ia ser bom.

Já viu carro de fossa despejando dejetos?

Não, isso é mentira. Eles faziam era me pagar pra eu ficar vigiando.

Acha que seu terreno valorizou?

Deu valor, por que quando eu vou na loja e eles me perguntam o endereço eu digo que é em frente as bacias, aí meu terreno já tá como em frente as bacias. (Entrevista concedida por Socorro no dia 13 de setembro de 2018).

Seu Antônio dos Santos, mais conhecido como carrapicho, tem 64 anos, nasceu em Parnaíba município do estado do Piauí, porém não passou muito tempo na cidade natal, foi embora ainda pequeno com sua mãe, devido a isto não conheceu seu pai biológico. Cresceu na cidade maranhense de Coroatá e em 1988 veio para Bacabal, tem 4 filhos, um deles já falecido, devido a uma doença que contraiu quando trabalhava nas bacias da ETE.

Figura 3 Lançamento de Dejetos em Corpo Hídrico



Fonte: Autor, 2018.

Seu Antônio não estudou, trabalhou desde muito novo, começou na roça como muitas pessoas do interior do Nordeste. Quando teve uma oportunidade de trabalhar, a professora nas palavras dele “*ficava era namorando*”, com isso deixou a escola de lado e somente trabalhou, por isso conta que “*Nunca tive inveja de quem tinha uma moto ou um carro, tenho inveja de uma criança de 4 ou 5 anos que pega uma carta e uma lapiseira*”. Percebemos em suas palavras sua vontade de saber ler e escrever que não foi concretizada pela dura vida que teve desde muito pequeno.

Ele reside com sua família a mais de 20 anos no bairro Novo Bacabal, onde passou a morar por meio de uma invasão. Devido a problemas com seus filhos, um é usuário de drogas, seu Antônio confessa que já não está muito bem, “*as vezes me esqueço das coisas*”, sua memória tem dificuldades para lembrar as datas, por isso em alguns momentos ele recorreu a sua esposa para confirmar informações.

Antes da realização da nossa entrevista, já havíamos nos encontrado, este primeiro momento foi uma tentativa de entrevista. Porém não conseguimos conversar com seu carrapicho pois seu filho estava em uma situação delicada, drogado. O rapaz como alguém que desejava desabafar falava da morte de seu irmão, culpando as pessoas que fizeram aquela construção, foram minutos de palavras desconexas, mas que tinham um sentido, a angústia da perda de um ente querido por uma fatalidade. Em um segundo momento conseguimos conversar. Da entrevista com o referido ator social conseguimos obter as seguintes informações:

Conhece alguém que se acidentou nas bacias da ETE?

Inclusive meu filho mesmo, faleceu. Trabalhou bem aqui naquelas bacias, limpando aqueles matos, quando enchia no inverno, ele era bonzinho, aí caiu doente pegou hanseníase e ficou se tratando, foi pra São Luís, voltou pra cá melhor, quando veio de lá veio com calazar curado, o doutor disse. Só que ele disse assim: “*tá curado mas pra voltar no momento volta*”. Ele foi dois meses com a mãe dele, aí ele não quis ir mais, terminou ele falecendo. Ele era bom (sadio) trabalhava assim como eu.

Em que ano foi isso?

Tá com uns 3 anos mulher? (pergunta a sua esposa) Ele passou 2 anos e 6 meses doente e já tá com mais de um ano que ele morreu, respondeu a esposa. É, ta com uns 4 anos. Até nem pagaram ele de jeito nenhum, pagaram ele (pergunta novamente a esposa)? Nenhum centavo, ele mandou ele fazer esse serviço essa limpeza aí, e quando acabou pegou o dinheiro do SAAE (Serviço de Autônomo de Água e Esgoto) e foi embora pra São Luís e não pagou meu filho, eu fui lá no SAAE e disseram que tinha pago pra ele eu disse como é que vamos fazer, eles disseram “*ah pois vai ficar assim mesmo, porque nós já pagamos pra ele*”.

Você atribui a causa da morte a isso aqui?

Foi (esposa de seu carrapicho) Eu disse ao meu filho: “*meu filho, você não vai fazer isso aí, caça outra coisa, tu vai pegar uma doença nisso aí que nenhum médico vai curar*”

O pessoal da prefeitura vem visitar aqui?

Veio um rapaz aí, disse que ia limpar aquela bacia pra funcionar, se nem essa ta funcionando...

Aquele lago tinha peixes?

Tinha. Quando eu cheguei aqui aquelas áreas tudo era souta (mata/bosque), eu trabalhei nessas sotas, era tudo mato, mato alto, a gente tirava palhas pra cobrir as casas. Comprei uma tarrafa, levava (pro lago) um balde, com 3 tarrafadas enchia o balde. Era cachimbo, era traíra, branquinha. Mas depois que fizeram isso aí, meu amigo, eu nunca mais comi um peixe.

Ainda aparecem aqui pra derramar caçamba?

Não, agora não. Pararam. Quando era essa daqui, era assim (despejavam). Logo não pegou quase água o inverno foi fraco, vamos ver esse inverno se vai encher. Eu tô achando que ainda vai arrebentar, porque ela fica bem próximo do lago, já desceu as paredes, quando eles tavam abrindo aquela dali, essa aqui tinha muita água, ai eles arrebentaram lá pra não passar pra nova que eles tavam fazendo. (Entrevista concedida por Antônio no dia 05 de outubro de 2018).

5. MEIO AMBIENTE E JUSTIÇA - ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS

A classe dos ambientalistas considerados como conservadores e empreendedores que apoiam o desenvolvimento tecnológico voltado para ecologia descartam a questão política na solução dos conflitos referente as diversas desigualdades provocadas pelos impactos ambientais no meio social, Acselrad afirma que esses ambientalistas definem que

(...) os sujeitos sociais que procuram evidenciar a existência de uma relação entre a degradação ambiental e a racionalidade instrumental do capital são aqueles que não confiam no mercado como instrumento de superação da desigualdade ambiental e da promoção dos princípios do que se entenderia por justiça ambiental. (ACSELRAD, 2011, p. 2)

Para os sujeitos sociais, é bastante evidente a disparidade social na exibição aos perigos ambientais, proveniente de uma coerência que ultrapassa a lógica mais comum da abstração dos meios tecnológicos. Eles identificam na degradação do meio ambiente não somente ganhos na ampliação de mercado, mas também a oportunidade de ganhos de democratização. Para o autor, isso só reforça a existência de um elo lógico em relação ao movimento democrático e a força que a sociedade tem de se proteger da injustiça ambiental. Diferente disso, vindo pelo lado das possíveis modernizações ecologicamente corretas, não tinha como fragmentar os entraves ambientais da maneira como se dá as divisões causadas por sistemas análogos de opressão, que de certa forma carregam o peso das injustiças ambientais oriundas da natureza e interligadas com as opressões de raça, gênero e sobretudo de classe.

5.1. A evidenciação de uma agenda submersa – o conceito de injustiça ambiental

De acordo com as problemáticas inerentes aos inúmeros locais destinados para o tratamento de lixos e esgotos, já existem há muito tempo atrás e grande maioria das pessoas afetadas são de baixa renda. Em razão disso, para o autor a questão da injustiça ambiental “esteve subjacente no que alguns chamam de ‘quadro analítico submerso’ de inúmeras lutas sociais por justiça” (ACSELRAD, 2011, p. 3). Vale destacar que o movimento considerado de justiça ambiental, foi instituído nos Estados Unidos na década de 80 e foi bastante útil para evidenciar o quadro analítico citado acima e ao mesmo tempo instigou a junção de degradação ambiental e injustiça social.

Os atos em prol da justiça ambiental passaram a se consolidar nos EUA, com o surgimento dos movimentos que tinham como objetivo principal as lutas de cunho social, territorial, ambiental e sobretudo de direitos civis. No final da década de 60, a questão ambiental passou a ser vista e discutida com mais veemência, uma vez que as problemáticas envolvendo o saneamento e a contaminação química em áreas de moradia e o lixo tóxico das grandes cidades passou a serem observadas com mais frequência. Em razão disso, nos meados da década de 70 a classe sindical passou a tratar o problema ambiental de forma diferente, e uma das suas primeiras ações foi a elaboração de pautas que evidenciassem os entraves ambientais das grandes cidades. De acordo com o autor, as áreas mais afetadas eram habitadas pela população negra.

De acordo com Acselrad “O movimento de justiça ambiental consolidou-se assim como uma rede multicultural e multirracial nacional, e mais recentemente internacional” (ACSELRAD, 2011, p. 5). O referido movimento mobilizou representantes de direitos civis, associações comunitárias, grupos de trabalhadores, líderes religiosos para combater o “racismo ambiental” que para muitos era considerado como um modelo de racismo institucional. “Buscou-se assim fundir direitos civis e preocupações ambientais em uma mesma agenda, superando vinte anos de dissociação e suspeita entre ambientalistas e movimento negro” (ACSELRAD, 2011, p. 5).

Cabe destacar que o movimento de justiça ambiental buscou em suas ações desenvolvidas se internacionalizar para o seu próprio fortalecimento a nível global em razão dos sistemas voltados para implementação dos projetos espaciais de poluição.

5.1.2. Momentos subjetivistas e objetivista

O conceito de justiça ambiental desperta uma negociação diferente em relação aos questionamentos ambientais contemporâneo no que tange ao meio ambiente e a escassez. Para o autor “A ideia de Justiça, ao contrário, remete a uma distribuição equânime de partes e à diferenciação qualitativa do meio ambiente” (ACSELRAD, 2011, p. 6). Nesse sentido, os laços estreitos entre os diversos elementos do ambiente não simbolizam uma indivisão. A reclamação da injustiça, ou seja, da desigualdade ambiental promove uma expansão propriamente desigual dos envolvidos quando se trata de um meio ambiente diversificado e indevidamente separado.

Acsehrad (2011) destaca inúmeras pré-condições que antecipam a ação prática em grupo dos chamados movimentos sociais, a grande maioria dessas condições inclui o indivíduo juntamente com os seus desejos de mudança em meio as grandes injustiças sociais. Para uma melhor compreensão o autor destaca dois grandes planos que tratam de questões no campo das injustiças ambientais. O primeiro aborda a distribuição direta dos resultados ambientais das ações sociais, já o segundo enfatiza os diferentes discursos voltados para a forma de como se ver o mundo, o ambiente e a justiça. “Por analogia ao procedimento de Pierre Bourdieu na caracterização das condições de existência teórica e prática dos grupos sociais, denominaremos a estes dois planos, respectivamente, de momentos objetivista e subjetivista da análise” (ACSELRAD, 2011, p, 6). No primeiro momento, nos deparamos com os grupos sociais alocados em um setor social com o propósito de fazer diferente em relação aos meios de poder. Já o momento subjetivista, serve de base para o reconhecimento das diversas formas de ação que os agentes desenvolvem no meio social. Os movimentos sociais podem ser avaliados pelas suas próprias formas de controle no espaço social, “o espaço da distribuição do poder sobre as coisas e o espaço da luta discursiva” (ACSELRAD, 2011, p. 7).

Diante dos pressupostos, Acsehrad cita o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), para ele o referido movimento

[...] avança na disposição prática sobre a terra, pelas ocupações e ao mesmo tempo disputa espaço na esfera pública com uma estratégia discursiva de aplicação dos dispositivos constitucionais sobre a função social da propriedade. (ACSELRAD, 2011, p. 7).

Assim, de acordo com o autor, todos os movimentos sociais que não se interligam diretamente com a base que produz, não detém o poder de influenciar no processo que envolve as forças oriundas do sistema rígido de acumulação.

Por fim, o autor destaca que os números referentes a desigualdade de poder no meio social demonstradas pelos atores sociais, no entanto não era novidade, mas de certa forma quem deu credibilidade e notoriedade para toda problemática vir à tona foi a própria luta social. Outro grande fator que contribuiu de forma significativa foi a visão dos movimentos sociais que gerou uma categorização dos grupos sociais e destacou o objeto primordial de poder em um embate entre os mesmos, que por um lado podemos descrever como a capacidade direta de fugir dos riscos ambientais. De certa forma, essa categorização incluiu a posição social dos indivíduos como também a sua raça e cor.

5.2 Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro

O ser humano ao longo dos tempos sempre extraiu, usou e modificou os recursos naturais, e dessa forma, transformou o meio em que vive em uma zona de conflitos ambientais. Vale destacar, que as ações humanas não causavam tanto impacto ambiental em décadas passadas como hoje, uma vez que a exploração era menor comparando ao que observamos atualmente. No entanto, questões relacionadas com o aumento da sociedade mundial e conseqüentemente com o avanço tecnológico fez crescer exacerbadamente as atividades industriais que favoreceram com o desequilíbrio de inúmeros elementos que constituem o espaço em que vivemos.

Diante dos pressupostos, Lays Helena Paes e Silva afirma que:

O final do século XX foi visivelmente marcado pela emergência de uma problemática que passou a ocupar o cerne tanto da opinião pública de forma geral quanto das discussões no seio da comunidade científica em seus diversos segmentos: a problemática ambiental. (PAES E SILVA, 2012, p. 85).

A autora enfatiza que o entendimento em relação a existência de uma problemática ambiental não está voltado somente para às formas de compreensão da mesma, mas também, quanto à percepção do que é destacado nos assuntos referentes ao meio ambiente e às relações que estabelecemos com o mesmo. Com base nisso, percebemos que dificilmente é possível diminuir o meio ambiente à quantificação de seus recursos e da energia que por um lado se pode obter, numa total fragmentação entre ambiente e sociedade, tornando-se claramente quando jogamos sobre estes a compreensão de que são históricos e culturais, valorizando distintamente tanto o contexto como também a situação. Dessa forma, para autora, isso conduz ao grande confronto na sociedade quando se trata dos inúmeros projetos de uso e significação dos seus recursos ambientais. Significando dizer que a importância que a natureza e o ambiente têm para comunidades como as indígenas, quilombolas e ribeirinhas, dificilmente não é semelhante ao que se encontram nas empresas hidrelétricas por exemplo.

Paes e Silva destaca que sociedade e ambiente são dois assuntos inseparáveis, com base nisso a mesma relata o seguinte:

[...] discutir as profundas relações entre degradação ambiental e a reprodução de injustiças sociais no contexto brasileiro. Isto, através do diálogo com uma perspectiva que evidencia e alerta para o fato de que os recursos ambientais são desigualmente partilhados e que, via de regra, é aos locais em que vivem comunidades indígenas, negras ou de poucos recursos econômicos que 'são destinados' a degradação do ambiente e respectivos impactos mais graves. Este panorama aponta para a

identificação da presença de práticas de injustiça e racismo ambientais no Brasil, sinalizando também a necessidade de se discutir a utilização destes conceitos no estudo destes casos. (PAES E SILVA, 2012, p. 86-87).

A autora nos leva a entender que os relatos dos movimentos ambientalistas, em especial dos movimentos norte-americanos, manifestaram primeiramente um modelo para se centrarem quase indubitavelmente no viés da conservação dos espaços naturais e das espécies animais e vegetais, considerando o homem como um grande predador que de certa forma tinha que ser excluído dos meios a preservar ou apenas como mais uma espécie, sem qualquer forma de tratamento diferenciado.

A nova forma de agir do movimento por justiça ambiental, que se iniciou nos Estados Unidos, não se fundamenta só na temática que busca e consegue anexar nos objetivos políticos e sobretudo nos movimentos ambientalistas considerados tradicionais, mas na negociação que é estabelecida entre lutas de carácter social, ambiental, territorial e de direitos civis. Para a autora, este movimento que passaram a ser conhecidos como “ambientais” contribuiu para os inúmeros entraves voltados à qualidade de vida da população, como por exemplo: “o saneamento, a contaminação química de locais destinados à moradia e ao trabalho e a disposição indevida do lixo tóxico e perigoso. (PAES E SILVA, 2012, p.88 apud Acselrad, 2004, p 25)

De acordo com a autora, as injustiças ambientais geraram sociedades desiguais, uma vez que as mesmas são constituídas de grupos racialmente discriminados e com baixa renda e sobretudo vulneráveis e marginalizados, grupos esses que mais sofrem com as ações ambientais negativas originadas pelo o tal desenvolvimento. O conceito de justiça ambiental surgiu em razão das vastas ocorrências de disputas tendo como protagonistas grupos vulneráveis e marginalizados nos Estados Unidos, chamando atenção por novas formas ou até mesmo soluções para a questão de serem estes a se acostumar, de forma desproporcional, a exposição aos riscos ambientais, uma vez que suas áreas de residência eram diretamente escolhidas para os destinos de lixo, aterros e incineradoras. Com isso, pretendia-se gerar realidades mais justas e consolidar como princípio base a justiça ambiental.

Já se tratando do racismo ambiental, Paes e Silva (2012, p. 89, apud Capella, 1996, p. 331) destaca o seguinte:

[...] vários outros casos semelhantes foram denunciados e evidenciados no país, através de estudos e pesquisas realizados por instituições científicas de carácter multidisciplinar. Crucial neste contexto foi a pesquisa realizada em 1987 pela comissão de justiça racial da United Church Christ, em que se constatava que ‘a composição racial de uma comunidade é a variável mais apta a explicar a existência ou inexistência de depósitos de rejeitos perigosos de origem comercial em uma área’.

O reverendo Benjamin Chavis, na ocasião diretor da Comissão responsável pela realização da pesquisa, foi quem cunhou a partir da experiência em Warren County o termo 'racismo ambiental' para designar 'a imposição desproporcional – intencional ou não – de rejeitos perigosos às comunidades de cor'.

Nesse sentido, o movimento por justiça ambiental ratificava a importância da discussão inerente a condição do negro no contexto social norte-americano, como resultado do desenvolvimento e manutenção de relações de tipo colonial, baseado na expansão da situação de dominação econômica, social e política a que pelo lado histórico foram atingidos os homens e mulheres negras na história ocidental. Cabe salientar, que além dos negros os índios também sofreram com toda essa problemática.

Se tratando do Brasil, a autora destaca o seguinte:

No Brasil, na ocasião do primeiro colóquio internacional sobre justiça ambiental, trabalho e cidadania, realizado na cidade do Rio de Janeiro em setembro de 2001, a Rede Nacional de Justiça Ambiental declararia considerar o termo justiça ambiental um conceito aglutinador e mobilizador, por integrar as dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade e do desenvolvimento, frequentemente dissociadas tanto dos discursos quanto das práticas. A evidente opção pela utilização do termo justiça ambiental não impediu que a mencionada rede reconhecesse também como aplicável ao contexto brasileiro a terminologia racismo ambiental e que mantivesse um grupo de trabalhos nesta temática. Em novembro de 2005 ocorreria o primeiro seminário brasileiro contra o racismo ambiental. (PAES E SILVA, 2012, p.92).

De acordo com a autora quando nos referimos ao racismo no Brasil, há que salientar que estamos diante de uma realidade cheia de particularidades. Por sua vez, o contexto brasileiro é destacado por fatores determinantes para o entendimento das relações raciais que são desenvolvidas no Brasil, já que não se poderia usar as palavras raça ou racismo sem se considerar o regime de escravidão que predominou durante séculos e a resistência negra a este período, o sistema colonial, a imensa submissão à dominação de referidos grupos étnico-raciais e as peculiaridades do movimento abolicionista, a instituição de uma república que deixou desprezada a população negra liberta e que foi sofrida por ações totalmente autoritárias, por um bom período durante a ditadura militar e o processo de redemocratização executado severamente por meio dos embates ocasionados pelas lutas dos movimentos sociais.

São de grandes escalas os números que se poderiam demonstrar com o objetivo de enfatizar que a população negra do Brasil sofre demasiadamente quando se trata de problemas sociais do país, isso é possível de ser observado tanto no setor urbano como no rural. Na presente obra, Lays Helena afirma o seguinte:

A temática do racismo ambiental e os casos que vêm sendo denunciados no contexto brasileiro colocam em pauta a existência do racismo no país. E embora a sua existência seja indubitável, ela manifesta-se de forma bastante diferente do que ocorreu e ainda ocorre nos Estados Unidos. Daí que “as classes no Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, são consideradas bases legítimas para a desigualdade de

tratamento e de oportunidades entre as pessoas” (PAES E SILSA, 2012, p. 94, apud GUIMARÃES, 1999, 108).

Ainda se referindo ao Brasil, a autora destaca que os negros representam uma grande parcela da população, e em razão disso, e conseqüentemente por pertencer a grupos étnicos vulnerabilizados, terminam sendo os mais prejudicados pelas práticas de racismo ambiental.

Por fim, a autora afirma claramente que a origem dos conceitos de racismo ambiental e de justiça ambiental surgiram nas décadas de 1970 e 1980 nos Estados Unidos. Tanto um como outro nos remete a uma grande discussão quanto a uma verdadeira distribuição dos recursos naturais na nossa sociedade, mas o que de fato os separa é a maneira de conceber as origens das injustiças ambientais. Diante disso, os movimentos em prol da justiça ambiental e contra o racismo ambiental não podem ocorrer em lados distintos pelo fato que estes conceitos não demonstram antagonismos, mas sim, a união no enfrentamento das injustiças.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou a importância dos serviços de saneamento básico, tanto na prevenção de doenças, quanto na preservação do meio ambiente. O saneamento básico tem como principal objetivo proporcionar melhores condições de vida para a sociedade. No Brasil, a Lei nº 11.445/07 estabelece as diretrizes para o saneamento básico, nela estão dispostos a organização de serviços estruturais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, limpeza, drenagem de lixo e águas pluviais urbanas. A implementação de aspectos ambientais nas ações de saneamento significa um grande passo quando nos referimos a legislação, mas é necessário gerar condições para que os serviços de saneamento sejam satisfatórios e acessíveis para todos.

Nas últimas décadas houve avanços significativos no serviço de saneamento básico no Brasil, no entanto a problemática no setor ainda existe em grande escala, e esse fator está interligado com as desigualdades sociais. Onze anos depois da lei do saneamento básico ter entrado em vigor no Brasil, praticamente 50% da população do país continua sem acesso a sistemas voltados para o esgotamento sanitário. De acordo, com pesquisa realizada pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento em 2015, apenas 50,3% dos brasileiros (ou lares) tem acesso à coleta de esgoto, o que significa que mais de 100 milhões de pessoas usam meios alternativos para manejar os dejetos. Isso só reforça que a grande maioria dos problemas sanitários que afetam a população estão claramente relacionados com o meio ambiente.

A preservação do meio ambiente é de fundamental importância para a qualidade de vida da sociedade, porém o próprio homem agride e destrói o meio ambiente, como foi o caso da Estação de Tratamento de Esgoto da cidade de Bacabal abordada no presente trabalho. Durante as visitas no local onde a mesma está sendo implantada observamos vários desrespeitos com a natureza e sobretudo com os moradores da localidade, cabe frisar, que os problemas da referida estação dificilmente irão afetar só os moradores mais próximos, mas sem sombra de dúvida boa parte da população da cidade de Bacabal, uma vez que o objetivo principal da obra é receber água dos esgotos provenientes das residências de outras localidades para fazer o tratamento necessário. Sem esse serviço, a sociedade em geral fica propícia a adquirir doenças. Assim não temos dúvida que o saneamento básico é de suma importância para a qualidade de vida do ser humano, pelo fato do mesmo contribuir no controle de diversas doenças que podem prejudicar a saúde. Além disso, o mesmo garante a preservação do meio ambiente proporcionando o

destino adequado dos resíduos nos aterros sanitários, ou mesmo, na coleta seletiva, abastecimento e tratamento da água e manutenção dos sistemas de esgotos.

Nesse sentido, constata-se a necessidade de o poder público construir um novo modelo de desenvolvimento em que se harmonizem a melhoria da qualidade de vida da sociedade e a preservação do meio ambiente, para isso acontecer é essencial criar soluções na área que possa atender os anseios de toda a sociedade bacabalense, independentemente de sua cor, raça sexo e condição financeira. A ETE do Novo Bacabal é um grande exemplo de desrespeito com o meio ambiente e com a própria sociedade, considerada uma obra superfaturada pelos moradores, em razão de nunca ser concluída. A mesma desde início vem alterando o modo de vida da população e destruindo aos poucos a vegetação que ali predominava por ser uma área próxima aos lagos.

Verifica-se que a injustiça ambiental enfrentada pela população, uma vez que o saneamento básico não é oferecido para todos, pois como define Paes e Silva (2012) as injustiças ambientais geraram sociedades desiguais, pois são constituídas de grupos racialmente discriminados e de baixa renda e sobretudo vulneráveis e marginalizados, grupos esses que mais sofrem com as ações que prejudicam o meio ambiente em razão do desenvolvimento. Sofrem também pelo lado da territorialidade pois como define Bourdieu (2004) o território é um espaço marcado pelas atividades sociais daqueles que habitam e agem sobre ele, antes da implantação da ETE o local era utilizado para criação de animais e pesca, após perder seu território foram afetados pelos males trazidos em nome do progresso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. **Meio Ambiente e Justiça - estratégias argumentativas e ação coletiva**. 2011. p. 1-13. Disponível em http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publica%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%B5es_da_COEDU/Referencial_Te%C3%83%C2%B3rico/RT01b_ACS-ELRAD_Meio_Ambiente_e_Justica.pdf

ARAUJO, Ana Marta et al. **Bacabal e sua história**. Disponível em <http://www.oobservador.net/cgi-bin/materia.asp?IDMATERIA=49>.

BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do Capitalismo**. São Luís: Editora UEMA, 2006.

BATE, Peter. **Um novo consenso?** BID-AMÉRICA- Revista do Banco Interamericano de Desenvolvimento. (Jun/2003).

BECKER, Bertha. K. **Amazônia**. São Paulo: Ed. Atica, Principios. 1991.

BOURDIEU, Pierre. “A Representação Política: Elementos Para uma Teoria de Campo Político”. In: **O Poder Simbólico**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D24643.htm.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Brasília 2015.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Câmara da Reforma do Estado. Brasília: SECOM. (Nov/1995).

BRASIL. **LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoliberalismo e o Consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. In: **Neoliberalismo: A tragédia de nosso tempo**, 3a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

DANTAS, Felipe von Atzingen et al. **Uma análise da situação do saneamento no Brasil**. FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão, v.15, n.3 - p.272-284 – set/out/nov/dez 2012.

FERNANDES, Louremar. A emancipação política de Bacabal revisitada. 2018. Disponível em <<http://louremar.com.br/index.php?page=ler&id=2354>>

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. Do Alto Mearim ao Médio Mearim (MA): de espaço de conquista a lócus de fixação de migrantes nordestinos. Simpósio Nacional de História. Rio grande do Norte. 2013.

FIORI, José Luis. **60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: Artenova. (1962).

GODELIER, Maurice - **Lo ideal y lo material. Lo ideal y lo material. Pensamento, economias, sociedades**. Madrid: Taurus Humanidades, 1984 p. 17-43.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio ambiental**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2009.

HAYEK, Friedrich August Von (1990). **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.

IBGE. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/bacabal/panorama>>

KEYNES, J. M. **A Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: ATLAS, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LINS, Gustavo Aveiro. **Impactos ambientais em estações de tratamento de esgoto (ETEs)**. Rio de Janeiro, 2010.

LITTLE, Paul. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. n° 322, Brasília: UNB, 2002.

MARUJO, André Vinicius. **O código das águas de 1934**. I CINGEN- Conferência Internacional em Gestão de Negócios, 2015.

MOTTA, Célia M. **O Modelo Neoliberal Brasileiro e o Setor Elétrico: reestruturações e crises**. (1995-2005), Tese de Doutorado, (Doutorado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

MOTTA, Célia M. **O Modelo Neoliberal Brasileiro e o Setor Elétrico: reestruturações e crises.** (1995-2005), Tese de Doutorado, (Doutorado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

MURTHA, Ney Albert; CASTRO, José Esteban; HELLER, Léo. **Uma perspectiva histórica das primeiras políticas públicas de saneamento e de recursos hídricos no Brasil Ambiente & Sociedade.** São Paulo v. XVIII, n. 3 n p. 193-210 n jul.-set. 2015.

OLIVEIRA, Aline da Silva. **Tratamento de esgotos pelo sistema de lodo ativados no município de Ribeirão Preto, SP: avaliação da remoção de metais pesados.** 2006.

PAES E SILVA, Lays Helena. **Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro.** e-cadernos ces [Online], 17 | 2012, colocado online no dia 01 Setembro 2012, consultado a 30 Setembro 2016. URL: <http://eces.revues.org/1123> ; DOI : 10.4000/eces.1123.

RAFFESTIN, CLAUDE. **Por uma Geografia do Poder.** Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REINALDO, Telma. Disponível em <<https://www.recantodasletras.com.br/artigos/1857568>>

REIS, José. **Por uma Epistemologia do Território.** Comunicação. Lisboa, 2002.

RIBEIRO, Júlia Werneck; ROOKE, Juliana Maria Scoralick. **Saneamento básico e sua relação com o meio ambiente e a saúde pública.** 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec / Anpur, 1994, p. 15-20.

TEISSERENC, P., ROCHA, G. e MAGALHÃES, S. **Territórios de Desenvolvimento e Ações Públicas.** Editores NUMA/UFPA, Belém (PA): EDUFPA Belém, Belém, fevereiro, 2009.